



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 20 de julho de 2012

**FOLHA DE SÃO PAULO**

348 servidores têm extra por integrar conselhos de estatais ..... 1  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**AMAZONAS NOTÍCIAS**

Importante para a ZFM, a unificação do ICMS para produtos importados foi um dos principais projetos aprovados pelo Senado no 1º semestre ..... 2  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**PORTAL A CRÍTICA**

Amazonas tem o menor índice de auditores fiscais entre as capitais, diz a OIT ..... 3  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**PORTAL A CRÍTICA**

Movimento grevista dos servidores federais ganhará novas adesões no Amazonas ..... 4  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**PORTAL FLAGRANTE**

COPA 2014: Aumento de cargas preocupa comitê organizador ..... 5  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**SITE AGU**

PF/AM e PF/SUFRAMA: imprescindível apresentação de certidão de regularidade fiscal para renovação de cadastro de empresa apta a pleitear os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus ..... 6  
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>348 servidores têm extra por integrar conselhos de estatais</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O **Governo Federal** tem 348 servidores ganhando jetons de 93 estatais. O gasto em maio foi de R\$ 1,2 milhão com essa verbas, pagas pela participação nos conselhos das empresas. Elas não contam como salários e não entram no teto constitucional de R\$ 26,7 mil

Jetons pagos por estatais chegam a R\$ 1,2 mi por mês

Como extras não contam como salários, eles não entram no teto do funcionalismo, hoje de R\$ 26,7 mil

Com acréscimos, ministros como Guido Mantega e Miriam Belchior ganham R\$ 36,3 mil líquidos ao mês

#### DIMMI AMORA

#### DE BRASÍLIA

O **Governo Federal** tem 348 servidores ganhando jetons de 93 estatais que gastaram, em maio deste ano, R\$ 1,2 milhão com essa verba. Os dados foram revelados graças à Lei de Acesso à Informação.

Os jetons são verbas pagas pela participação dos servidores nos conselhos das empresas. Eles não contam como salários e por isso não entram no limite salarial previsto na Constituição, o teto do servidor, hoje de R\$ 26,7 mil.

A Petrobras é a que melhor paga por participação no conselho: R\$ 8.246 por reunião.

Quatro servidores receberam o valor em maio: o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, o secretário-executivo do **Ministério** de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, e a chefe de assessoria do **Ministério** de Minas e Energia, Marisete Fátima Dadald Pereira.

O segundo maior jetom é o da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras: R\$ 8.232.

Mantega, Belchior e Zimmerman ganharam das duas. Por causa dos extras, os ministros da Fazenda e do Planejamento têm os maiores rendimentos entre os que recebem esse benefício, chegando a R\$ 36,3 mil líquidos.

Outros dois servidores aparecem ganhando em maio jetons em três estatais, o que é vedado pela legislação.

Julieta Alida Garcia Verleun, subsecretaria do **Ministério** da Fazenda, recebeu pela Corretora do Banco do Brasil, pelo Cartão Elo Banco do **Brasil** e pelo Serpro. Seu rendimento total foi de R\$ 25,4 mil. Segundo a Fazenda, ela já deixou um dos conselhos.

Cristian de Sousa Cunha, chefe de assessoria no **Ministério** das Comunicações, ganhou jetons por uma geradora de energia, uma companhia de administração portuária e os Correios. Somados ao seu salário, ele possui uma remuneração de R\$ 12,6 mil.

A pasta das Comunicações diz que Cristian deixou um conselho, que não há limite de participação de servidores e que o horário de trabalho é compatível porque reuniões são mensais.

Na lista do Portal da Transparência, quatro servidores ganham acima do teto: Mantega, Belchior e dois servidores da Secretaria do Tesouro -Paulo Fontoura Vale e Paulo José dos Reis Souza. Estes receberam, respectivamente, R\$ 30,8 mil e R\$ 29,4 mil.

Jetons de estatais no exterior (Itaipu) ou de empresas privadas com participação do governo (Vale, Embraer) não são divulgados. Alguns deles são mais altos que os das estatais e chegam a R\$ 40 mil.

	VEÍCULO <b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Importante para a ZFM, a unificação do ICMS para produtos importados foi um dos principais projetos aprovados pelo Senado no 1º semestre</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ao assumir a liderança do Governo no Senado, uma das primeiras matérias que o senador Eduardo Braga (PMDB) negociou a inclusão na pauta e votação nas Comissões e Plenário da Casa foi a Resolução nº 72, que unificou em 4% as alíquotas do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** para produtos **importados**. A aprovação da matéria, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR), acaba com a chamada “Guerra dos Portos” e dá mais competitividade à indústria brasileira, especialmente aos produtos fabricados no Polo Industrial de **Manaus**.

Alguns desses produtos são o ar-condicionado modelo split e pneus de motocicletas, que vinham perdendo competitividade por conta de similares **importados** da China e que entram no país com benefícios fiscais concedidos por estados como Espírito Santo e Santa Catarina. Com a aprovação da Resolução 72, relatada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo senador Eduardo Braga, foi estabelecida alíquota de 4% do **ICMS** para **importados**, fortalecendo o pacto federativo.

“Foi uma das medidas mais **importantes** para o estado votadas pelo Senado neste ano. Tratamos de uma resolução para fortalecer a indústria brasileira, fortalecer a oferta de emprego e renda, e para garantir que os processos estabelecidos nessa Resolução garantam competitividade para nossa indústria diante de um momento em que o emprego do trabalhador brasileiro está em jogo. E esta é mais uma ação para reforçar a política de emprego no Brasil, disse Braga”.

A nova alíquota começa a vigorar em janeiro de 2013. O **Superintendente** da **Zona Franca de Manaus (Suframa)**, **Thomaz Nogueira**, confirma que a aprovação da medida foi **importante** para manter a competitividade dos produtos brasileiros.

“A Resolução deu um tratamento mais justo aos **importados** em relação aos produtos brasileiros. Foi absolutamente fundamental para restabelecer a competitividade da **produção** nacional, pra acabar com a guerra dos Portos e para otimizar e gerar empregos no País”, disse.

A opinião de Nogueira foi compartilhada pelo presidente do Centro da Indústria do **Amazonas**, Wilson Périco. Segundo ele, além de proteger empregos em todo país, a Resolução aprovada pelo Senado dá tranquilidade aos trabalhadores da indústria amazonense.

“A participação do líder do governo na aprovação dessa medida foi fundamental para evitar maiores danos e prejuízos aos investimentos e, principalmente, para os empregos no Polo Industrial de **Manaus**”, ressaltou.

#### **Proteção da ZFM**

Ao texto aprovado na CAE e votado no Plenário do Senado, foi acrescentada emenda apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), e ratificada por outros 37 senadores, que excetua das regras da Resolução as **mercadorias** produzidas mediante processo produtivo básico conforme as leis que regem a **Zona Franca de Manaus**, a Lei de Informática e o Programa de Apoio ao **Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS)**.

“Essa é uma emenda **importante** porque ao fazer esta votação, o Senado não poderia ir de encontro às políticas já existentes. Fizemos aqui uma salvaguarda e um esclarecimento de segurança jurídica para que uma Resolução do Senado não dê tratamento de lei complementar para a Lei de Informática, do PADIS e do Polo Industrial de **Manaus**”, explicou Eduardo Braga.

#### **Matérias aprovadas no 1º semestre**

Desde que assumiu a liderança do Governo no Senado, no dia 13 de março passado, Eduardo Braga negociou e conseguiu a aprovação de 18 medidas provisórias, duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC), 30 projetos de lei, dois projetos de resolução, 27 indicações de autoridades para comandar órgãos públicos, 17 autorizações para empréstimos externos para estados e municípios e 25 acordos internacionais.

Assessoria de Imprensa

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Amazonas tem o menor índice de auditores fiscais entre as capitais, diz a OIT</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De acordo com a pesquisa, “a população ocupada cresceu em ritmo superior ao do número de auditores”, do qual a Região Norte contabilizou uma média de 0,29 auditores fiscais do trabalho para cada 10 mil trabalhadores ocupados

**Manaus, 20 de Julho de 2012**

**LUANA GOMES**

**Servidores querem concurso para aumentar o efetivo de 58 auditores no AM**

Um levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado nesta quinta-feira (19), apontou que a relação média de auditores do trabalho no Estado para cada grupo de 10 mil pessoas ocupadas era de 0,21%, segundo menor desempenho dentre as capitais. Os dados são de 2010. Essa é uma das cobranças dos servidores no **Amazonas**, que somam 58 trabalhadores na ativa, para deflagrarem greve por tempo indeterminado, após um mês em “estado de mobilização”.

De acordo com a pesquisa, “a população ocupada cresceu em ritmo superior ao do número de auditores”, do qual a Região Norte contabilizou uma média de 0,29 auditores fiscais do trabalho para cada 10 mil trabalhadores ocupados. Conforme a Organização, os indicadores são inquietantes, já que a Região se caracteriza pelo elevado nível de informalidade no mercado de trabalho.

“Nos casos do **Amazonas** e Rondônia, também se observavam elevados níveis de incidência de acidentes do trabalho e de mortalidade por acidentes laborais”, informou o relatório da OIT.

A presidente da Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho no **Amazonas** (AAFTAM), Francimary Michiles, apontou que a falta de trabalhadores para atender a demanda dos usuários foi um dos motivos para a decisão de paralisar as atividades. Segundo ela, diariamente, em média

60 trabalhadores procuram os órgãos trabalhistas para atendimento ao público e homologação de rescisão.

Atualmente, a paralisação do atendimento é feita em dois dias da semana, assim como o lançamento zero no sistema. Em períodos normais, os débitos são apurados e encaminhados para a Caixa Econômica.

#### **Greve**

Na próxima terça-feira, diretores do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) chegam a capital para apurar o andamento das negociações e discutir a paralisação total das atividades. A votação está prevista para 03 de agosto.

#### **Domésticas na informalidade**

O **Amazonas** contabilizou o terceiro menor número de formalização de trabalhadoras domésticas no País, em 2009, de acordo com o “Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um Olhar sobre as Unidades da Federação”. O percentual de domésticas com carteira de trabalho assinada era de apenas 8,5%. Além do Estado, Piauí (9,7%), Ceará (9,3%) e Maranhão (6,7%) também registraram índices abaixo de 10,0%.

Conforme a pesquisa, o **Amazonas** também anotou um dos menores percentuais de trabalhadoras domésticas contribuintes (8,5%). No indicador, Maranhão e Piauí também estavam em “sintonia”, com apenas 7,3% e 9,7%, respectivamente, das trabalhadoras contribuintes.

#### **Trabalho feminino**

O relatório da OIT mostra as mulheres trabalham mais que os homens. No total, os homens têm jornada de 52,9 horas semanais. As mulheres, de 58 horas, 5,1 horas a mais do que o sexo oposto – o que equivale a 20 horas adicionais por mês.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Movimento grevista dos servidores federais ganhará novas adesões no Amazonas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Sindicato mobiliza demais servidores federais a também paralisarem**

**Manaus, 20 de Julho de 2012**

**RENATA MAGNENTI**

O movimento é nacional e a base do Sindsep-AM definiu, em Brasília, que servidores do **Amazonas** que trabalham no **Ministério** da Agricultura, no Instituto Nacional de Pesquisas da **Amazônia** (Inpa), na **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** e na Previdência Social precisam aderir a greve.

Servidores federais de pelo menos oito entidades estão de braços cruzados no **Amazonas** desde junho. O movimento é nacional e, nesta quinta-feira (19), a base do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no **Amazonas** (Sindsep-AM) definiu, em Brasília, que servidores do **Amazonas** que trabalham no **Ministério** da Agricultura, no Instituto Nacional de Pesquisas da **Amazônia** (Inpa), na **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** e na Previdência Social precisam aderir a greve.

“Não estamos em uma luta sozinhos e temos que unir forças, como fizemos com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Os servidores das entidades citadas têm motivos para engrossar a greve conosco”, afirmou o diretor-executivo do Sindsep-AM, Walter Matos.

De acordo com ele, ontem o **Governo Federal** ficou de apresentar uma proposta aos servidores, mas nada foi

tratado e o **Ministério** do Planejamento se comprometeu em apresentar uma resposta dia 31 de julho.

### Rejeição

Nesta quinta (19) também, os professores da Universidade Federal do **Amazonas** (Ufam) recusaram a proposta de carreira proposta pelo **Governo Federal** e agendam para a próxima semana o movimento denominado como “aula pública”.

“Vamos convidar a imprensa e a população para desmistificar a proposta federal de 40% de reajuste salarial, na verdade, propõe um aumento sob as gratificações que é aplicado no salário base no momento em que o professor se aposenta”, explicou o presidente dos professores da Ufam, Antônio Oliveira Neto.

Os auditores fiscais da Receita Federal aguardam também uma proposta Federal. E já anunciaram que se não houver acordo entrarão em greve geral a partir de 1º de agosto.

A greve dos auditores da Receita impacta diretamente o **comércio** e a indústria. Lojistas temem quando a greve geral por conta do Dia dos Pais. E empresas pararam linhas de **produção** por falta de insumos.

	VEÍCULO PORTAL FLAGRANTE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>COPA 2014: Aumento de cargas preocupa comitê organizador</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Foi realizada esta semana, na sede da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)**, a primeira reunião de representantes da autarquia com membros do Comitê Organizador da Copa do Mundo da FIFA **Brasil 2014** com objetivo de definir estratégias para o desembaraço de **mercadorias** durante o período do evento. Na ocasião, o **Superintendente** da **SUFRAMA**, **Thomaz Nogueira**, acompanhado do **Superintendente** adjunto de Operações, Adilson Vieira, e do assessor Elilde Menezes, receberam o coordenador de logística do comitê FIFA, Wagner Xavier, e a consultora tributarista Ana Carolina Barreto, que apresentaram as necessidades e preocupações básicas com a movimentação de cargas em **Manaus**, que deve aumentar não só devido à chegada das delegações das seleções estrangeiras que vão disputar o Mundial, mas também por conta da vinda de órgãos de imprensa e turistas nacionais e internacionais.

O **Superintendente** ouviu atentamente aos anseios dos representantes do Comitê Organizador e afirmou que a autarquia vem se adiantando quanto às discussões sobre as questões logísticas para o período da Copa do Mundo, uma vez que o evento - que normalmente eleva a movimentação nas empresas do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** - vai ser realizado dentro do País, o que possivelmente deve aumentar a demanda das indústrias locais. Para que ninguém saia prejudicado, **Thomaz Nogueira** afirmou que “é preciso que a **SUFRAMA**, a Secretaria de Fazenda do **Amazonas** (Sefaz) e a Receita Federal, bem como os representantes do comitê organizador da Copa, se reúnam para definir um modelo a ser seguido, com vistas a agilizar o processo de acompanhamento e o procedimento de desembaraço de **mercadorias**”. Uma nova reunião está prevista para ocorrer em agosto e deve contar com a presença de todos os órgãos envolvidos na operação de logística no Estado.

	VEÍCULO SITE AGU	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PF/AM e PF/SUFRAMA: imprescindível apresentação de certidão de regularidade fiscal para renovação de cadastro de empresa apta a pleitear os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Advocacia-Geral da União (AGU), por intermédio da Procuradoria Federal no Estado do Amazonas (PF/AM) e da Procuradoria Federal junto à Superintendência da Zona Franca de Manaus (PF/SUFRAMA), obteve sentença favorável no Mandado de Segurança nº 10303-28.2011.4.01.3200, impetrado pela empresa Gatsby do Brasil, objetivando que a Suframa lhe conceda a renovação de seu cadastro junto à autarquia para a obtenção de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, sem a necessidade de apresentação de certidões negativas de débito.

Nas informações, os procuradores federais esclareceram que a Suframa detém o poder de polícia de administrar a Zona Franca de Manaus, incumbindo-lhe às funções de aprovação de projetos técnico-econômicos, acompanhamento e controle de entrada e saída de mercadorias nacionais e importadas, acompanhamento, avaliação e controle da produção incentivada na aludida Zona Franca, bem como o processamento de operações pertinentes à importação, exportação e armazenagem de mercadorias, na área da Amazônia Ocidental com vistas à indução do desenvolvimento econômico da Região, mediante a concessão de benefícios fiscais, incluindo o cadastro e habilitação de empresas que venham a pleitear esses benefícios.

Destarte, apontaram que o Tribunal de Contas da União determinou à autarquia, por meio da Decisão nº 111/97, que adotasse providências com vistas a efetuar rigoroso controle do cadastro das empresas que gozam dos incentivos fiscais por ela administrados, devendo, para tanto, exigir a comprovação de situação de regularidade fiscal

daquelas, o que foi regulamentado pela Resolução nº 62/2000 do Conselho de Administração da Suframa, fixando a necessidade de apresentação das certidões negativas de débito de tributos e contribuições federais, FGTS e INSS quando do pedido de cadastramento e recadastramento, este último feito anualmente.

Ademais, afirmaram que a exigência é razoável e compatível com o sistema jurídico pátrio, pois tanto a Constituição Federal quanto as normas infraconstitucionais proíbem a concessão de incentivo ou benefício fiscal a empresas com débitos relativos a tributos e contribuições federais, não havendo, portanto, qualquer ilegalidade ou abusividade nas providências adotadas internamente pela Suframa.

A Juíza Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amazonas acolheu integralmente os argumentos da AGU e denegou a segurança.

Reconheceu a magistrada que "a exigência de certidão de tributos não viola os princípios da livre iniciativa ou da livre concorrência. Pelo contrário a sua expedição reflete apenas a situação da pessoa como contribuinte, sendo necessária a obtenção de benefícios ou incentivos fiscais, como no caso em tela. Ademais, a comprovação de regularidade fiscal atende, ainda, ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e ao princípio constitucional tributário da isonomia na medida em que confere apenas aos contribuintes em dia com suas obrigações fiscais o acesso a benefícios fiscais".

A PF/AM e a PF/SUFRAMA são unidades da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU).